
**PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO TERMOS DO EDITAL PE Nº 004/2023 - SRP –
CBMPA/CEDEC**

Grupo Paretto <grupoparetto@gmail.com>
Para: cplcbmpa@gmail.com

20 de julho de 2023 às 20:10



**PARETTO COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA**
Grupo Paretto

Ao

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A/C.; PREGOEIRA MAJ QOBM RENATA DE AVIZ BATISTA e AJ QOBM SANDRO DA COSTA TAVARES designado pela
Portaria no 234, de 12/06/2023.

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 - SRP – CBMPA/CEDEC

(Processo Administrativo Nº 2023/400283)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS), conforme condições, quantidades
e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

Prezados (as)

Honrados em cumprimenta-los, a empresa PARETTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no
CNPJ sob o nº 48.366.020/0001-07, localizada na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará. Vem respeitosamente, através de seu
representante legal abaixo infra-assinado, a fim de interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, contra a formulação do item 08 da
descrição do objeto expresso no termo de referência, em juízo de reconsideração, entendeu por formular termos e condições que
caminham em sentido contrário e que frustram o caráter competitivo do certame, conforme razões e fatos adiante aduzidos em
anexo.

Ao ensejo, renova-se a V. Exa. E nobres Pares nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Favor, acusar o recebimento deste.

Atenciosamente,

PARETTO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ/MF: 48.366.020/0001-07

FONE: (91) 9 9266-3448

ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail): grupoparetto@gmail.com

DANRLEY LOPES VIANA

SÓCIO-PROPRIETÁRIO



PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO CBMPA ASS.pdf

272K



Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 - SRP – CBMPA/CEDEC
(Processo Administrativo Nº 2023/400283)

Ao

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
A/C.; PREGOEIRA MAJ QOBM RENATA DE AVIZ BATISTA e AJ QOBM SANDRO
DA COSTA TAVARES designado pela Portaria no 234, de 12/06/2023

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS EDITALÍCIOS COM FULCRO NO ITEM 24. DOS
PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL AO ATO CONVOCATÓRIO.

OBJETO: O objeto da presente licitação e a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A empresa PARETTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 48.366.020/0001-07, localizada na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará. Vem respeitosamente, através de seu representante legal abaixo infra-assinado, a fim de interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, contra a formulação do item 08 da descrição do objeto expresso no termo de referência, em juízo de reconsideração, entendeu por formular termos e condições que caminham em sentido contrário e que frustram o caráter competitivo do certame, conforme razões e fatos adiante aduzidos.



1. PRELIMINARMENTE

1.1. DA TEMPESTIVIDADE

É de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que, protocolada 03 (três) dias úteis anteriores a data da abertura da licitação, qual seja 26.07.2023.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

1.2. DA LEGITIMIDADE

Em sede de preliminar, é fundamental destacar que a legislação em vigor estabelece direitos dos administrados, que incluem os participantes de licitações públicas. Nessa seara, dispõe a Lei Federal de Procedimento Administrativo nº 9.784/99 que:

Art. 3. O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (Grifo nosso).

Além disso, fixa também a mesma Lei que:

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

O jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea 'a' da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Art.5º
(...)



XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Tratando-se, no presente caso, de defesa de direitos constitucionais e legais relativos a interesses desta empresa Impugnante, patente que estar legitimidade e protegida pela Carta Magna de 1988, especialmente, porque assim também prevê o Estatuto Federal Licitatório para agir contra atos ilegais da Administração Pública, a Administração, nesse sentido, tem o dever-poder de decidir e motivar as respostas aos assuntos que lhe são submetidos.

1.3. DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. No entanto, é obrigação da comissão de licitação respondê-la, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o §1º, do artigo 41 da Lei n.º 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

Dessa forma, o silêncio injustificado da Administração Pública caracteriza **OMISSÃO ABUSIVA**, pois, além de restringir a competitividade do certame, ainda ofende o interesse público, pois afronta o Princípio Constitucional da Publicidade, cuja finalidade é atribuir transparência e permitir o controle e fiscalização do Estado por toda à coletividade.

2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ, por intermédio da pregoeira MAJ QOBM RENATA DE AVIZ BATISTA e do pregoeiro substituto o MAJ QOBM SANDRO DA COSTA TAVARES, designado pela Portaria no 234, de 12/06/2023 e sua Equipe de Apoio que integram a Comissão de Licitações, ao confeccionar o edital desta licitação não se atentaram para os VÍCIOS ADMINISTRATIVOS contido no instrumento



convocatório, assim, cometendo equívocos que comprometem a participação dos interessados neste certame, vejamos:

KIT CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS

Item 08: Café, tipo moído, torrado, embalagem aluminizada interna embalado a vácuo, devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. O produto deve estar dentro das normas legais. APRESENTAR SELO DE QUALIDADE ABIC. (Grifo nosso).

Como se observa, a Administração Pública estabelece no rol do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO que compõe a formulação da cesta básica a exigência do SELO ABIC, exigência essa não prevista pelas normais que norteiam o regime jurídico administrativo, sendo repudiada pelo egrégio Tribunal de Contas da União.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA JURÍDICA.

Imperioso ressaltar que, respeitando as boas práticas que norteiam os preceitos básicos das licitações, este julgado devesse embasar-se nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93 em consonância com as disposições corroboradas pelo disposto no Decreto nº 10.024/2020:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Ora, na medida em que os indigitados no referido termo do Edital está a estabelecer condições alheias à legislação, não resta dúvidas que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusulas manifestamente comprometedoras ou restritivas ao caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Isso porque, em processos licitatórios que ocorrem em âmbito nacional, amparados pelo Estatuto Federal de Licitações e Contratos Públicos nº 8.666/93, deve haver equilíbrio entre a busca da melhor técnica e do melhor preço, caminhando harmonicamente, não podendo, como está sendo feito neste edital, ora impugnado, exigir a apresentação de laudos/selos emitidos por entidades/empresas privadas.



Outrora, os fundamentos jurídicos que justifica a exigência contida no Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO que compõe a formulação da cesta básica, não correspondem à própria norma, dito que não há motivação jurídica expressa que regule o ato postulado.

É sabido que não há na legislação vigente, a padronização de laudos/selos ABIC. Logo, exigir um ato procedimental em documento contraria a legalidade, em virtude de que na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei autoriza (MEIRELLES, 2001).

Embora se cogitasse a possibilidade de previsão dentro de Resoluções, a medida contrariaria a SÚMULA Nº 272 do Tribunal de Contas da União:

SÚMULA Nº 272: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e DE QUESITOS DE PONTUAÇÃO TÉCNICA para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Em termos exemplificativos, situação similar ocorre na exigência do selo ABIC, conforme o Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA, considerando que a exigência afronta o Acórdão nº 1.360/2015 TCU – Plenário, do Ministro Relator João Augusto Ribeiro Nardes:

Por fim, considerando a revogação da mencionada Instrução Normativa nº 16/2010 – que por consequência impossibilitou que mais laboratórios formulassem laudos sensoriais – propõe a SELOG que a representação seja considerada parcialmente procedente, **VEZ QUE A EXIGÊNCIA ÚNICA DA CERTIFICAÇÃO ABIC PARA ASSEGURAR AS QUALIDADES ORGANOLÉPTICAS (SENSORIAIS) DO CAFÉ NÃO TEM AMPARO LEGAL E É POTENCIALMENTE OFENSIVA AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**, por beneficiar, em vista do vácuo normativo, apenas as empresas associadas à ABIC. (Decisão: Acórdão nº 1.360/2015 TCU – Plenário. Ministro Relator João Augusto Ribeiro Nardes). (Grifo nosso).

Destaca-se, também, o entendimento jurisprudencial do Acórdão nº 446/14 – Plenário do Ministro Relator José Jorge que discorre a cerca do contexto das licitações destinadas à “AQUISIÇÃO DE CAFÉ” realizadas pelas entidades e órgãos públicos, especialmente sobre a exigência de certificados de qualidade e pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) em editais, *ipsis litteris*:

TCU. Acórdão 446/14 – Plenário. Relator Ministro José Jorge:

PARETTO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Travessa WE-32, 241 – Sala B. Bairro: Cidade Nova V. Ananindeua – Pará. CEP: 67.133-108.

CNPJ/MF Nº 48.366.020/0001-07. Inscrição Estadual nº 15.862.784-9.

Fone: (91) 9 9266-3448. E-mail: grupoparetto@gmail.com



“Em procedimento licitatório para aquisição de café, a exigência tão somente de certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) FERE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES, pois a comprovação das características mínimas de qualidade do produto pode ser feita também por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA).

(...)

4. ... a exigência tão somente de certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), até então predominante nos procedimentos licitatórios para aquisição de café na Administração Pública, FERIA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES, tendo em vista que apenas as empresas associadas àquela entidade possuíam a mencionada certificação. O TCU reconheceu então que a comprovação das características mínimas de qualidade do produto café poderia ser feita também por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA).

(...)

11. Não obstante, a existência, na prática, de um único meio de certificação de cafés no Brasil, que é o selo de pureza da ABIC, conforme afirmado pelo Secretário-Geral do Mapa, e acessível apenas a empresas associadas àquela entidade, COLOCA EM XEQUE A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

12. Como bem assinalou a unidade técnica, 'os órgãos públicos vêm mantendo a exigência de certificação da qualidade do produto mediante selo de qualidade da ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela REBLAS/ANVISA nos processos licitatórios por eles promovidos. Assim, ainda que a certificação de qualidade ocorra em conformidade com os acórdãos do TCU, FICA MANTIDA, NA PRÁTICA, A DESIGUALDADE DE TRATAMENTO ENTRE OS PARTICIPANTES, COM FAVORECIMENTO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS À ABIC.' (Grifos nossos).

A estorvo identificada na jurisprudência expressa percorre à exigência exclusiva do selo de qualidade ABIC em editais, visto que há outras certificações capazes de informar e atestar a qualidade do produto.

Diante disso, a Administração Pública deve admitir todas as alternativas idôneas e disponíveis para a comprovação da qualidade do café, com o fim de evitar a inclusão de condições restritivas nos editais que possam frustrar o caráter competitivo dos certames.

Por assim sendo, requer-se a obrigatoriedade de transcrever os ensinamentos de Adilson Abreu Dallari:

Ora, se nem mesmo o legislador pode criar, extinguir ou modificar direitos (por lei) contrariando um princípio, com muito maior razão os agentes públicos, no momento da produção de específicos atos administrativos, devem estar atentos para os valores contidos e, especialmente, para as finalidades apontadas nos princípios. (Dallari, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 5).

No mesmo sentido, o princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

PARETTO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Travessa WE-32, 241 – Sala B. Bairro: Cidade Nova V. Ananindeua – Pará. CEP: 67.133-108.

CNPJ/MF Nº 48.366.020/0001-07. Inscrição Estadual nº 15.862.784-9.

Fone: (91) 9 9266-3448. E-mail: grupoparetto@gmail.com



O princípio da motivação do ato administrativo exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, **NÃO HAVENDO MAIS ESPAÇO PARA AS VELHAS DOUTRINAS** que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”. (In Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82). (Grifo Nosso).

Para Maria Sílvia Zannela Di Pietro:

A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do **PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO** e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público. (Di Pietro, 1999, p.294). (Grifo Nosso).

Resume-se, que o dever de motivação do ato administrativo ampliativo se justifica em razão dos princípios da moralidade administrativa e da isonomia, quando ele é expedido para atender direitos e interesses individuais de agentes públicos.

Deste modo, fica claro que o Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 - SRP – CBMPA/CEDEC, Processo Administrativo Nº 2023/400283 deve ser retificado e trata-se de um PODER-DEVER do administrador público responsável, que deve excluir o Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA por violar normas e princípios licitatórios e constitucionais.

4. DO PEDIDO

Dado exposto, em que pese o respeito do impugnante por esta Administração, insurge-se a Impugnante, almejando:

- 1) A exclusão do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA, para que seja retificado com vistas a sua adequação aos preceitos do Estatuto Federal Licitatório – Lei nº 8.666/93, jurisprudenciais e doutrinárias;
- 2) Que seja suspenso o edital, para a reformulação do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA com a devida exclusão da exigência do SELO ABIC;



PARETTO COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA

Grupo Paretto

- 3) Requer-se também, que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “*ad argumentandum*”, que haja uma decisão motivada juridicamente sobre o pedido formulado, caso não seja acatado, será levado a Autoridade Superior.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ananindeua/PA, 20 de Julho de 2023.

PARETTO COMERCIO
E REPRESENTACOES
LTDA:483660200001
07

Assinado de forma
digital por PARETTO
COMERCIO E
REPRESENTACOES
LTDA:48366020000107

PARETTO COM. E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ/MF: 48.366.020/0001-07
DANRLEY LOPES VIANA
CPF/MF: 033.800.152-29
PROPRIETÁRIO

Impugnação 24/07/2023 17:02:53

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 - SRP - CBMPA/CEDEC (Processo Administrativo Nº 2023/400283) Ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO A/C.; PREGOEIRA MAJ QOBM RENATA DE AVIZ BATISTA e AJ QOBM SANDRO DA COSTA TAVARES designado pela Portaria no 234, de 12/06/2023 IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS EDITALÍCIOS COM FULCRO NO ITEM 24. DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL AO ATO CONVOCATÓRIO. OBJETO: O objeto da presente licitação e a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A empresa PARETTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 48.366.020/0001-07, localizada na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará. Vem respeitosamente, através de seu representante legal abaixo infra-assinado, a fim de interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, contra a formulação do item 08 da descrição do objeto expresso no termo de referência, em juízo de reconsideração, entendeu por formular termos e condições que caminham em sentido contrário e que frustram o caráter competitivo do certame, conforme razões e fatos aduzidos. 1. PRELIMINARMENTE 1.1. DA TEMPESTIVIDADE 1.2. DA LEGITIMIDADE É de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que, protocolada 03 (três) dias úteis anteriores a data da abertura da licitação, qual seja 26.07.2023. Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação. Em sede de preliminar, é fundamental destacar que a legislação em vigor estabelece direitos dos administrados, que incluem os participantes de licitações públicas. Nessa seara, dispõe a Lei Federal de Procedimento Administrativo nº 9.784/99 que: Art. 3. O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações; II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente; IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (Grifo nosso). Além disso, fixa também a mesma Lei que: Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. O jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea 'a' da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Art.5º (...) 1.3. DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; Tratando-se, no presente caso, de defesa de direitos constitucionais e legais relativos a interesses desta empresa Impugnante, patente que estar legitimidade e protegida pela Carta Magna de 1988, especialmente, porque assim também prevê o Estatuto Federal Licitatório para agir contra atos ilegais da Administração Pública, a Administração, nesse sentido, tem o dever-poder de decidir e motivar as respostas aos assuntos que lhe são submetidos. Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. No entanto, é obrigação da comissão de licitação respondê-la, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o §1º, do artigo 41 da Lei nº 8.666/93: Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. Dessa forma, o silêncio injustificado da Administração Pública caracteriza OMISSÃO ABUSIVA, pois, além de restringir a competitividade do certame, ainda ofende o interesse público, pois afronta o Princípio Constitucional da Publicidade, cuja finalidade é atribuir transparência e permitir o controle e fiscalização do Estado por toda a coletividade. 2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ, por intermédio da pregoeira MAJ QOBM RENATA DE AVIZ BATISTA e do pregoeiro substituto o MAJ QOBM SANDRO DA COSTA TAVARES, designado pela Portaria no 234, de 12/06/2023 e sua Equipe de Apoio que integram a Comissão de Licitações, ao confeccionar o edital desta licitação não se atentaram para os VÍCIOS ADMINISTRATIVOS contido no instrumento convocatório, assim, cometendo equívocos que comprometem a participação dos interessados neste certame, vejamos: KIT CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS Item 08: Café, tipo moído, torrado, embalagem aluminizada interna embalado a vácuo, devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. O produto deve estar dentro das normas legais. APRESENTAR SELO DE QUALIDADE ABIC. (Grifo nosso). Como se observa, a Administração Pública estabelece no rol do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO que compõe a formulação da cesta básica a exigência do SELO ABIC, exigência essa não prevista pelas normas que norteiam o regime jurídico administrativo, sendo repudiada pelo egrégio Tribunal de Contas da União. 3. DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA JURÍDICA. Imperioso ressaltar que, respeitando as boas práticas que norteiam os preceitos básicos das licitações, este julgado devesse embasar-se nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93 em consonância com as disposições corroboradas pelo disposto no Decreto nº 10.024/2020: Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. Ora, na medida em que os indigitados no referido termo do Edital está a estabelecer condições alheias à legislação, não resta dúvidas que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusulas manifestamente comprometedoras ou restritivas ao caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação. Isso porque, em processos licitatórios que ocorrem em âmbito nacional, amparados pelo Estatuto Federal de Licitações e Contratos Públicos nº 8.666/93, deve haver equilíbrio entre a busca da melhor técnica e do melhor preço, caminhando harmonicamente, não podendo, como está sendo feito neste edital, ora impugnado, exigir a apresentação de laudos/selos emitidos por entidades/empresas privadas. Outrora, os fundamentos jurídicos que justifica a exigência contida no Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO que compõe a formulação da cesta básica, não correspondem à própria norma, dito que não há motivação jurídica expressa que regulamente o ato postulado. É sabido que não há na legislação vigente, a padronização de

laudos/selos ABIC. Logo, exigir um ato procedimental em documento contraria a legalidade, em virtude de que na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei autoriza (MEIRELLES, 2001). Embora se cogitasse a possibilidade de previsão dentro de Resoluções, a medida contrariaria a SÚMULA Nº 272 do Tribunal de Contas da União: SÚMULA Nº 272: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e DE QUESITOS DE PONTUAÇÃO TÉCNICA para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato. Em termos exemplificativos, situação similar ocorre na exigência do selo ABIC, conforme o Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA, considerando que a exigência afronta o Acórdão nº 1.360/2015 TCU – Plenário, do Ministro Relator João Augusto Ribeiro Nardes: Por fim, considerando a revogação da mencionada Instrução Normativa nº 16/2010 – que por consequência impossibilitou que mais laboratórios formulassem laudos sensoriais – propõe a SELOG que a representação seja considerada parcialmente procedente, VEZ QUE A EXIGÊNCIA ÚNICA DA CERTIFICAÇÃO ABIC PARA ASSEGURAR AS QUALIDADES ORGANOLÉPTICAS (SENSORIAIS) DO CAFÉ NÃO TEM AMPARO LEGAL E É POTENCIALMENTE OFENSIVA AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, por beneficiar, em vista do vácuo normativo, apenas as empresas associadas à ABIC. (Decisão: Acórdão nº 1.360/2015 TCU – Plenário. Ministro Relator João Augusto Ribeiro Nardes). (Grifo nosso). Destaca-se, também, o entendimento jurisprudencial do Acórdão nº 446/14 – Plenário do Ministro Relator José Jorge que discorre a cerca do contexto das licitações destinadas à “AQUISIÇÃO DE CAFÉ” realizadas pelas entidades e órgãos públicos, especialmente sobre a exigência de certificados de qualidade e pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) em editais, *ipsis litteris*: “Em procedimento licitatório para aquisição de café, a exigência tão somente de certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) FERE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES, pois a comprovação das características mínimas de qualidade do produto pode ser feita também por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA). (...) 4. ... a exigência tão somente de certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), até então predominante nos procedimentos licitatórios para aquisição de café na Administração Pública, FERIA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES, tendo em vista que apenas as empresas associadas àquela entidade possuíam a mencionada certificação. O TCU reconheceu então que a comprovação das características mínimas de qualidade do produto café poderia ser feita também por meio de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA). (...) 11. Não obstante, a existência, na prática, de um único meio de certificação de cafés no Brasil, que é o selo de pureza da ABIC, conforme afirmado pelo Secretário-Geral do Mapa, e acessível apenas a empresas associadas àquela entidade, COLOCA EM XEQUE A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 12. Como bem assinalou a unidade técnica, ‘os órgãos públicos vêm mantendo a exigência de certificação da qualidade do produto mediante selo de qualidade da ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios credenciados pela REBLAS/ANVISA nos processos licitatórios por eles promovidos. Assim, ainda que a certificação de qualidade ocorra em conformidade com os acórdãos do TCU, FICA MANTIDA, NA PRÁTICA, A DESIGUALDADE DE TRATAMENTO ENTRE OS PARTICIPANTES, COM FAVORECIMENTO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS À ABIC.” (Grifos nossos). A estorvo identificada na jurisprudência expressa percorre à exigência exclusiva do selo de qualidade ABIC em editais, visto que há outras certificações capazes de informar e atestar a qualidade do produto. Diante disso, a Administração Pública deve admitir todas as alternativas idôneas e disponíveis para a comprovação da qualidade do café, com o fim de evitar a inclusão de condições restritivas nos editais que possam frustrar o caráter competitivo dos certames. Por assim sendo, requer-se a obrigatoriedade de transcrever os ensinamentos de Adilson Abreu Dallari: Ora, se nem mesmo o legislador pode criar, extinguir ou modificar direitos (por lei) contrariando um princípio, com muito maior razão os agentes públicos, no momento da produção de específicos atos administrativos, devem estar atentos para os valores contidos e, especialmente, para as finalidades apontadas nos princípios. (Dallari, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 5). No mesmo sentido, o princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella Di Pietro: O princípio da motivação do ato administrativo exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, NÃO HAVENDO MAIS ESPAÇO PARA AS VELHAS DOUTRINAS que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”. (In Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82). (Grifo Nosso). Para Maria Sílvia Zannella Di Pietro: A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público. (Di Pietro, 1999, p.294). (Grifo Nosso). Resume-se, que o dever de motivação do ato administrativo ampliativo se justifica em razão dos princípios da moralidade administrativa e da isonomia, quando ele é expedido para atender direitos e interesses individuais de agentes públicos. Deste modo, fica claro que o Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 - SRP – CBMPA/CEDEC, Processo Administrativo Nº 2023/400283 deve ser retificado e trata-se de um PODER-DEVER do administrador público responsável, que deve excluir o Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA por violar normas e princípios licitatórios e constitucionais. 4. DO PEDIDO Dado exposto, em que pese o respeito do impugnante por esta Administração, insurge-se a Impugnante, almejando: 1) A exclusão do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA, para que seja retificado com vistas a sua adequação aos preceitos do Estatuto Federal Licitatório – Lei nº 8.666/93, jurisprudenciais e doutrinárias; 2) Que seja suspenso o edital, para a reformulação do Item 08 da DESCRIÇÃO DO OBJETO do TERMO DE REFERÊNCIA com a devida exclusão da exigência do SELO ABIC; 3) Requer-se também, que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada juridicamente sobre o pedido formulado, caso não seja acatado, será levado a Autoridade Superior. Nestes termos, Pede deferimento. Ananindeua/PA, 20 de Julho de 2023. _____ PARETO COM. E REPRESENTACOES LTDA CNPJ/MF: 48.366.020/0001-07 DANRLEY LOPES VIANA CPF/MF: 033.800.152-29 PROPRIETÁRIO

Fechar